



IV PLANO DE FOMENTO

A ESTRATÉGIA ECONOMICISTA NÃO SERVE A PORTUGAL



Continuação da primeira página

A dr.^a Maria de Lourdes Pintassilgo votou vencida contra o «modelo global de desenvolvimento» previsto no capítulo do IV Plano de Fomento sobre «Investigação e desenvolvimento tecnológico» que foi aprovado por parecer da subsecção de Ciências e Letras da secção de Interesses de Ordem Cultural da Câmara Corporativa. Na sua declaração de voto, a procuradora prova que as linhas mestras do «padrão de desenvolvimento global» (o Plano) apontam no sentido de uma evolução que nas palavras da proposta de lei, «não poderá deixar de ser, a prazo, o da sintonização com a Europa desenvolvida».

A declaração, que a dr.^a Maria de Lourdes Pintassilgo classifica como o seu não categórico ao modelo de desenvolvimento baseia-se em razões de natureza ideológica e metodológica que especifica em pormenor.

Ideologicamente recusa-se a aceitar que a vi-

da dum país seja determinada pela competição como incentivo, pois que, mesmo em nações como os Estados Unidos em que a competição se traduziu em sucessos mundiais, ela não contribuiu para a autonomia e sobrevivência dum povo mas «beneficia apenas uma mínima camada da

população».

A preconizada sintonização com a Europa desenvolvida, contrapõe as conclusões de sociólogos que atribuem «aos factores políticos, administrativos e humanos a mesma prioridade que às considerações ligadas ao crescimento económico».

ESCOLHA POLITICA DISCUTIVEL

É o próprio Plano que se define como modelo de desenvolvimento económico e social. Ora, continua a procuradora, não poderá apresentar-se como modelo global um plano que não integre os aspectos socio-

lógicos, históricos e ecológicos. «É indispensável saber quem são os homens e as mulheres que vão ser autores desse desenvolvimento, que mecanismos os movimentam e engrandecem... que força adquire o seu querer comum perante o hoje que vivemos...»

Segundo a dr.^a Maria de Lourdes Pintassilgo não se compreende como é possível que a sociedade portuguesa encontre a sua auto-suficiência se não for capaz de fazer face aos seus próprios problemas de maneira original, sendo certo que as condições estruturais da nação são muito diversas das que existem nos países da Europa desenvolvida. Por isso lamenta que «O

IV Plano de Fomento não tenha sido ainda a oportunidade necessária para descobrir essa capacidade nacional e para com ela inventar um destino novo». Em conclusão afirma que o projecto do Plano fez uma «escolha política» de premissas discutíveis, ao nível das ciências do desenvolvimento, e até contraditórias em relação aos princípios que definem a de cultural da nação.

COM AS ARMAS DOS MAIS FORTES

No aspecto metodológico, o modelo apontado «só pode conduzir à desadaptação cada vez



maior entre a riqueza criada e os homens a quem de direito, mas não de facto, se destina».

Em termos de concorrência com as economias mais desenvolvidas — lembra Lourdes Pintassilgo, apoiando-se no testemunho de economista desses países — está votada ao fracasso a tentativa de competir a partir de uma situação de desvantagem, a não ser que se adoptem métodos diferentes e originais. Recorda a propósito o que diz o economista Stigler: **As pequenas economias que nos imitam podem seguir os nossos métodos de fazer as coisas este ano, mas não os nossos métodos de mudar as coisas no próximo ano.**

Não se explica no texto a razão de ser de tão desencorajante sentença. Mas não podemos deixar de relacioná-la com o próprio avanço da investigação científica e tecnológica nos países de economia avançada, sabendo-se que aí já se encontram congelados nas gavetas das grandes empresas os planos de desenvolvimento tecnológico dos próximos dez anos, à espera de serem aplicados no momento estratégico.

E OS OBJECTIVOS SOCIAIS?

Por outro lado, a procuradora salienta os aspectos negativos de um esforço de crescimento económico que não atendessem à prioridade dos objectivos sociais e conseguisse um aumento de

produtividade à custa de condições de trabalho desumanas, de poluição do ambiente, etc. Em seu entender, seria necessário que a nossa política de «Investigação e Desenvolvimento económico» apontasse para a descoberta de «metodologias adequadas à planificação integrada» dos objectivos humanos do desenvolvimento, mesmo que por esse modo se pudesse dizer que estavam a ser equacionados «problemas aparentemente mais modestos porque mais directos e concretos». E especifica: «Quando um país encara o seu futuro, faz as perguntas que o seu momento histórico lhe sugere. E são essas perguntas que vão ser objecto da investigação, ainda que seja necessário mudar de rota, cortar subsídios, destronar feudos, inventar sectores inexplorados de estudo e de acção, de investigação e aplicação e em escala média. Nestes parâmetros, o investigador orientaria o seu trabalho em ordem a satisfação das necessidades humanas e sociais do país, em lugar de se orientar pelas leis de comercialização de produtos ou pelo mecanismo inexorável da competição.

Outras questões importantes são ainda referidas: a harmonização dos gabinetes de investigação das empresas privadas com as prioridades nacionais; o injustificado acantonamento da investigação pura dentro dos muros da universida-

de; a autonomia dos investigadores relativamente ao poder político e administrativo; o não estabelecimento de prioridades das tarefas de investigação.

Mas entre as omissões mais graves detectadas, procuradora salienta dois deles que teriam ficado na sombra: a adequada utilização de todos os recursos humanos potenciais; para a construção do projecto social; os mecanismos de participação de toda a população na articulação da sua realidade socio-cultural, na formulação dos seus interesses comunitários, na decisão conjunta com o Executivo sobre as visa de resolução dos problemas concretos.

Por fim, critica-se a falta de atenção às tecnologias intermediárias: «Interrogo de novo em função da realidade humana e social do País. Sobre em recursos, com uma situação de subemprego, a braços com um gigantesco problema de emigração e com a dificuldade de atingir salários razoáveis (competitivos esses!) não deverá a imaginação técnica orientar-se para as tecnologias intermediárias que oneram menos o investimento e permitem canalizar o capital para os salários, além de serem, numa «investigação e desenvolvimento tecnológicos» verdadeiramente adaptados, aquelas que acabam por permitir o rendimento maior, quando tomado globalmente o processo de produção da riqueza?»